

Daxiyangguo

Portuguese Journal of Asian Studies | Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos

ISSN: 1645-4677 | ISSN-e: 2184-9129 | 2024, 2.º semestre, Número 33, páginas 33-44

DOI: 10.57857/ulisboa.iscsp.1645-4677.33.2024.000003/pp.33-44

A China e os BRICS: do Distanciamento Inicial à Atual Liderança

China and the BRICS: from the Initial Distancing to the Current Leadership

Carla Melo*

* Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), Centro Científico e Cultural de Macau (CCCM), Portugal;
Email: carlamelo.1724@gmail.com

RESUMO

Desde a criação formal dos BRICS, em 2009, até ao atual ano de 2024, a China tem sido apontada como o estado mais importante a participar no processo de tomada de decisão dos BRICS. Seja ao criticar a China por monopolizar os BRICS para a obtenção própria de ganhos geopolíticos e geoeconómicos, ou simplesmente apresentando-a como uma potência revisionista dentro dos BRICS, as opiniões sobre a China no grupo variam. No entanto, pouco se tem escrito sobre a perceção do governo central chinês sobre os BRICS, que tem vindo a mudar ao longo dos últimos 15 anos. Estará a China a mudar o seu posicionamento dentro dos BRICS como um contribuidor distante para um líder atual? Este artigo pretende oferecer uma análise abrangente do posiciona-

mento político da China no seio dos BRICS desde o seu estabelecimento formal, em 2009, até ao momento.

Palavras-chave: China, BRICS, Liderança Política, Política Externa Chinesa

ABSTRACT

From the formal establishment of the BRICs, in 2009, until the current year of 2024, China has been pointed out as the most important state to take part in BRICS' decision-making process. Whether by criticizing China for monopolizing BRICS for its geopolitical and geoeconomic gains, or by simply presenting it as a revisionist power within BRICS, the opinions on China in the group vary. However, not much has been said on the Chinese central government's perception of BRICS that has been changing throughout the last 15 years. Is China changing its positioning within BRICS as a distant contributor to a current leader? This article wishes to offer a comprehensive analysis of China's political positioning within BRICS from its formal establishment, in 2009, until now.

Keywords: China, BRICS, Political Leadership, Chinese Foreign Policy

1. Introdução: Estabelecimento dos BRICS

Foi em 2001 que, Jim O'Neill (2001), o então Presidente da *Goldman Sachs Asset Management*, introduziu o conceito de BRICs na publicação *Building Better Global Economic BRICs*, acreditando que o Brasil, a Rússia, a Índia e a China apresentavam condições especiais para o aumento da sua importância no cenário de investimento internacional. Posteriormente, os representantes políticos de cada país reuniram-se em 2006, à margem de um Debate Geral por parte da Assembleia Geral das Nações Unidas para discutir a possibilidade de criarem um organismo internacional, com o mesmo nome, que se veio a formalizar em 2009, em Yekaterinburg, na Rússia, após um encontro diplomático de grande escala onde os representantes de cada país (Luiz Inácio Lula da Silva, Dmitry Medvedev, Manmohan Singh, e Hu Jintao, respetivamente) estiveram presentes (BBC News, 2009).

No mesmo dia da sua formalização — 16 de junho de 2009 — decorreu o primeiro *Summit dos BRICs*, focado na possibilidade de melhoria da situação económica global, na possibilidade de reforma das instituições financeiras internacionais, e na definição da estratégia de cooperação entre os quatro estados (BBC News, 2009). O que inicialmente parecia inconcebível (Cardoso, 2023; Cardoso, 2023) — dada a diferente natureza dos países envolvidos — foi

ganhando forma de uma forma concertada, com um primeiro alargamento em 2011 — com a entrada da África do Sul — e, como bem sabemos, uma entrada de mais 5 países no início de 2024: Egito, Etiópia, Irão, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

Os BRICS+5, constituídos por países essencialmente diferentes, tanto a nível político como económico, representam uma coletividade de países emergentes, o Sul Global na sua grande maioria e, aos olhos dos analíticos ocidentais, levantam duas questões: *como* funcionam e se são, ou não, uma *ameaça* à atual ordem mundial (Cardoso, 2023; Cardoso, 2023). Importante aqui reter que, para além da heterogeneidade do grupo, os “BRICS argumentam que as regras e as organizações internacionais foram criadas num momento de superioridade dos EUA e da Europa em relação ao resto do mundo e, como tal, foram desenhadas para beneficiar os seus criadores” (Cardoso, 2023, p. 2), algo que é importante considerar aquando da análise da importância e relevância dos BRICS no cenário internacional, no geral, e no Sul Global, no particular.

Desde a sua formalização que diferentes autores apresentaram diferentes perspetivas sobre a relevância dos BRICS no cenário internacional. Se, por um lado, os BRICS tendem a ser vistos como inofensivos ou, pelo menos incapazes de alterar a ordem mundial vigente (Cardoso, 2023), por outro, há quem acredite que a sua continuidade é sinal de contraordem, de alternativa à ordem, pelo menos económica, vigente, e que a sua heterogeneidade é um sinal de possível reforma (Cardoso, 2023).

No entanto, se existe alguma conformidade académica no pensamento sobre os BRICS, este relaciona-se com a importância da China dentro do grupo. De novo, diferentes autores apresentam diferentes perspetivas sobre o papel da China nos BRICS, desde a sua relevância para a manutenção do *statu quo* do grupo, até à sua utilização do grupo para benefício próprio, como seja para obtenção de recursos naturais e/ou para se estabelecer como potência unipolar (Glosny, 2010; Niu, 2013; Lukin; Xuesong, 2019; Raman, 2023; Zongyi, 2023). No entanto, é importante perceber qual tem sido a estratégia chinesa para com os BRICS, entender a visão do governo central sobre o grupo no decorrer da sua existência, de forma a melhor perceber qual o intuito chinês em pertencer ao grupo, se é meramente parte da sua grande estratégia de harmonia mundial e de reforma do sistema político e económico vigentes, ou se é um mecanismo monopolizado para a China estender a sua área de influência e desafiar, de uma forma mais subtil, os Estados Unidos da América (EUA) enquanto potência mundial.

Deste modo, no decorrer deste artigo, far-se-á uma análise da evolução da política chinesa no que concerne aos BRICS, desde o período inicial de distan-

ciamento — de 2009 a 2013 — até ao período atual de maior liderança — 2013 até aos dias de hoje — esperando oferecer uma análise compreensiva da política doméstica e externa chinesas sobre os BRICS. Espera-se que, no final, seja possível responder à questão de partida: está a China a monopolizar os BRICS para seu benefício mútuo e para afrontar os EUA?

2. China e os BRICS: Distanciamento inicial (2008-2013)

Aquando da publicação do artigo por Jim O'Neill, a Rússia e o Brasil foram os países que, de acordo com Glosny, demonstraram um maior interesse na possibilidade de instaurar os BRICS enquanto organismo multilateral, tornando-o em algo mais concreto e menos abstrato (2010, p. 109). Na altura a China, liderada por Hu Jintao, encontrava-se essencialmente focada no seu desenvolvimento interno e, apesar de o conceito de “harmonia mundial” estar já presente no discurso político, o governo chinês não apresentava ainda uma estratégia de criar uma *alternativa* para aquilo que era o sistema financeiro internacional. Até então, em termos de política externa, a China estava a localizar os seus esforços na entrada em organizações internacionais “ocidentais”, com especial destaque para a Organização Mundial do Comércio (OMC), que se consagrou em 2001, e que lançou a China para o comércio internacional e para a já instaurada *globalização*, enquanto promovia o seu estatuto como *potência emergente*, mas sem nunca demonstrar qualquer vontade de se tornar uma afronta direta aos EUA.

Assim, a sua entrada nos BRICS foi classificada como uma *escolha lógica* (Glosny, 2010, p. 109), onde os *novos países emergentes* teriam a possibilidade de, em conjunto, ponderar sobre formas de reformar o sistema internacional e de melhor se relacionar entre si. Aqui, é importante ter em conta que os líderes chineses, aquando do processo de tomada de decisão sobre política externa, tendem a analisar quais os principais *trends* na cena política internacional antes de criarem as suas estratégias (Glosny, 2010, p. 105), pelo que a entrada nos BRICS teria de ser cautelosa, de certo modo com um *low-profile*, pois a China não tinha interesse em participar em qualquer iniciativa que, de uma forma muito direta, fosse contra a ordem estabelecida, no geral, e os EUA, em particular, já que corria o risco de minar relações bilaterais importantes para o seu desenvolvimento. Em simultâneo, é importante pensar também na localização geográfica da China: caso não aderisse à iniciativa BRICS, ficaria encurralada entre a Rússia e a Índia, ambos participantes da iniciativa e com os quais a China partilha fronteiras, e correria o risco também de, na eventualidade dos EUA se sentirem ameaçados com o seu desenvolvimento, de formar qualquer tipo de aliança com algum destes países (Glosny, 2010). Podemos assim

considerar que a conjuntura geográfica da China foi um forte incentivo para a sua adesão ao bloco. De novo como referiu Glosny, os BRICs precisavam mais da China do que a China deles (Glosny, 2010, p. 110), visto que enquanto grande país em desenvolvimento, a participação chinesa neste bloco dar-lhe-ia uma maior importância e relevância no contexto internacional. No entanto, a liderança chinesa rapidamente percebeu que, ao aderir aos BRICs, promovendo o multilateralismo informal como forma de gerir tal conjunto de países tão diversos seria, nas palavras de Haibin Niu uma mais-valia já que “o país reconhecer que tal participação influencia positivamente a legitimidade da sua ascensão, uma vez que todos os membros da sociedade internacional, incluindo os mais poderosos, devem aceitar restrições institucionais” (Niu, 2013, p. 201). Simultaneamente, ao agir como membro do grupo, a China “pode aproveitar-se das oportunidades de desenvolvimento dos demais países, reduzindo assim a pressão internacional sobre sua posição como principal potência ascendente” (Niu, 2013, p. 207).

Podemos então considerar que o *distanciamento inicial* da China para com os BRICs decorreu desde a sua instauração formal, em 2009, até 2013 — data em que o novo Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês (PCC), Xi Jinping, iniciou a sua estratégia de *Sonho Chinês* e de maior presença chinesa no sistema internacional. De acordo com Glosny (2010), esta alteração chinesa de agente passivo a agente ativo nos BRICs deveu-se a sete razões: (1) estabilizar o ambiente internacional e evitar qualquer forma de encarceramento; (2) facilitar a troca de ideias e experiências, visto que todos os países envolvidos, no que concerne a questões económico-financeiras, partilhavam dos mesmos desafios; (3) coordenar o posicionamento dos BRICs e desenvolver a sua capacidade de *bargaining* com os países ocidentais, ou seja, garantir que, de uma forma compreensiva e construtiva, a voz dos países emergentes possa ser ouvida e tida em consideração no sistema internacional; (4) a possibilidade de se esconder dentro de um grupo à medida que avança com a sua agenda doméstica, o que lhe permitiu pôr em prática estratégias e políticas que, se perçecionadas enquanto atos isolados pelos EUA, poderiam colocar em risco o *statu quo* das relações bilaterais sino-americanas; (5) trabalhar para os interesses do Sul Global e assegurar o seu estatuto político enquanto um país em desenvolvimento, algo que — em termos práticos — é bastante mais vantajoso para China, pois parcerias com o Sul Global, anteriormente violentadas por colónias ocidentais do Grande Norte, transmitem uma sensação de pertença e tornam o ato de negociar e de criar estratégias comuns bastante mais simples; (6) restringir o hegemonismo e o revisionismo dos EUA de uma forma concertada, visto que seria mais seguro, e vantajoso, trabalhar em equipa na possi-

bilidade de reforma das instituições do que agir sozinho. Como mencionado anteriormente, os líderes chineses tendem a analisar cuidadosamente o cenário internacional antes de preparar as suas estratégias de política externa pelo que, ao olhar para os casos da Alemanha e do Japão, e das suas tentativas de confrontação direta com os EUA, a China facilmente entendeu que terá de utilizar outras estratégias para alterar o panorama internacional, sem nunca provocar diretamente a ordem estabelecida. Finalmente, a sétima razão prende-se com a possibilidade de explorar outras opções de financiamento, de comércio, de cooperação no seu sentido mais amplo para além das oferecidas pelos EUA: estabelecer cooperações comerciais e financeiras dentro dos BRICS e com outros países do Sul Global, garantiria à China uma menor dependência dos EUA algo que sempre foi desejado pela liderança chinesa.

Na realidade, podemos entender este distanciamento inicial como um estudo de caso que a própria liderança chinesa realizou sobre a iniciativa: analisar a sua conceção, entender qual a sua relevância internacional, perceber quais as expectativas dos países-membros e do resto do mundo, para, assim, estabelecer uma estratégia que, com o Presidente Xi Jinping, se transformou numa posição mais ativa, senão liderança dos BRICS. Importante reforçar que a própria natureza do organismo multilateral, sem acordos vinculativos, legislação comum e/ou central de operações, vai de encontro ao tipo de multilateralismo muito apreciado pela China, no particular (relembremos a forma como o sistema tributário estava instaurado durante a China dinástica), e pelos países do Sul Global, no geral, que até então se viram oprimidos e pouco representados em instituições ocidentais da mesma natureza. Tal multilateralismo informal, que não se considera nem aliança nem organização internacional, permite que haja pouca burocracia, flexibilidade política e benefícios importantes (Cardoso, 2023, p. 1) que tornam a adesão aos BRICS, pela China, muito mais apelativa.

Sabemos também que um exemplo desta nova mudança de paradigma chinesa sobre os BRICS decorreu ainda nesta fase de distanciamento social, aquando do convite a África do Sul para aderir ao bloco. A China rapidamente entendeu a vantagem de ter um país representante do continente africano, sobre o qual havia já políticas e estratégias a ser consideradas pela liderança chinesa, de forma a fortalecer os então BRICS, e a garantir uma maior presença do bloco em cada região do globo e no sistema internacional no seu todo (Niu, 2013, p. 209).

3. China e os BRICS: Liderança atual (2013-atualmente)

Tendo sido 2012 o ano em que Xi Jinping assumiu funções enquanto Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês (PCC), e 2013 o ano em que lançou diversas iniciativas como a do *Sonho Chinês* e a Iniciativa Faixa e Rota, podemos observar uma mudança de paradigma no que respeita aos BRICS: se nos primeiros anos da sua existência, a liderança chinesa participava no bloco de um modo bastante subtil, a partir de 2013, a liderança chinesa passou a consagrar os BRICS como parte das suas iniciativas globais de promoção de paz e harmonia e de maior igualdade entre países. Se se verificar os conteúdos do último *White Paper: A Global Community of Shared Future: China's Proposals and Actions*, divulgado em 2023, a China 1) reforça a necessidade de se estabelecerem parcerias onde o respeito mútuo, a cooperação e o entendimento mútuo assumem um papel central; 2) promove a criação de um ambiente seguro através da justiça, esforços comuns e interesses partilhados; 3) promove um desenvolvimento aberto, inovador e inclusivo; 4) promove o crescimento de trocas entre civilizações de forma a promover harmonia, inclusão e respeito pelas diferenças e 5) promove a construção de um ecossistema que coloca a Mãe Natureza e o desenvolvimento verde (e sustentável) em primeiro lugar. Todas estas declarações vão de encontro ao que a China espera do BRICS e, de certo modo, de encontro ao que os BRICS tem feito até então, através do estabelecimento do Novo Banco de Desenvolvimento (em 2015) e das diversas estratégias, dentro do bloco, em assuntos relacionados com segurança alimentar, energias renováveis e promoção intercultural.

Diferentes autores apresentam diferentes perspetivas sobre o modo de atuação chinês no contexto internacional. Autores como Vlads e Chatzinitrou (2020) acreditam que os BRICS, sob uma maior liderança da China, representam um desafio à atual forma de governança global, onde a China tende a utilizar o bloco como forma de desafiar, particularmente, o atual sistema de governança económica global (Vlads; Chatzinitrou, 2020, p. 4). De acordo com os mesmos autores, os BRICS necessitam de alterar a sua estratégia de meramente económica para abundantemente geoestratégica, nomeadamente através da criação de alianças (como acontece com a Organização do Tratado do Atlântico Norte [NATO]) (2020, p. 5). No entanto, algo que é importante reter prende-se com o conceito de *aliança*, algo que — no Sul Global — tende a ser mal interpretado pela sua conotação colonialista e de guerra. No caso chinês, ao invés da utilização do conceito de *aliança*, usa-se sim o de parceria como forma de cooperação mais igualitária, sem conotação de hierarquia e de relação colonizador-colonizado (Leandro, Li, 2024).

Bratersky e Kutyrov afirmam, por sua vez, que os BRICS passaram do desejo inicial de reformar o sistema financeiro mundial para o de desenvolver a sua estratégia securitária global (2019, p. 1), mencionando que desde 2015 tem havido um maior esforço por entre os Estados-Membros de se unirem em iniciativas conjuntas e de promoveram, como consequência, um maior entendimento mútuo. Afirmam também que os objetivos chineses para com os BRICS são os mais ambiciosos e estão profundamente relacionados com a sua relação com os restantes Estados-Membros, e com o seu desejo de estar na linha da frente enquanto promotor de uma ordem multipolar (Bratersky; Kutyrov, 2019, p. 8). Como esperado, a China tende a alterar o padrão *from within*, primeiro entrando e entendendo o sistema e, depois, reunir as condições para alterar ou propor qualquer outra sugestão. Aqui, os BRICS servem o propósito de demonstrar que existe uma alternativa aos atuais sistemas económico-financeiros globais, que não existem pré-requisitos político-ideológicos para se tornar uma potência, e que é possível participar em diversas iniciativas *with no strings attached*. Isto vai certamente de encontro ao que é a política externa chinesa, aos ideais do Consenso de Pequim (elaborado por Zhou Enlai) e que, de momento, pautam o comportamento dos BRICS enquanto organismo multilateral. Diogo Cardoso apresenta também esta necessidade da China de liderar os BRICS e de aceitar positivamente a sua expansão a outros países “como forma de aumentar a sua influência e promover os seus próprios projetos — BRI, Iniciativa para a Segurança Global e Iniciativa para o Desenvolvimento Global — nos países em desenvolvimento” (Cardoso, 2023, p. 277).

Outro ponto de vista a considerar sobre a atual liderança chinesa dos BRICS têm que ver com a História: o Sul Global tem vindo a juntar-se desde os anos 50, com o Movimento dos Não-Alinhados, para estabelecer a sua posição no cenário internacional e fazer ouvir a sua voz. Como bem sabemos, a China esteve na vanguarda da criação e execução de tais movimentos, pelo que os BRICS e a necessidade de países aderirem pode ser caracterizada como uma “vontade em diminuir a diferença de poder entre si e o Norte Global” (Cardoso, 2023, p. 3). Assim, a China pretende apenas, através dos BRICS, recriar um movimento de união entre países que, de forma individual, não teriam forma de se exprimir contra o atual sistema político internacional. Certamente que é necessário ter em conta o poder económico que este conjunto de países (agora alargados com a entrada, em Janeiro de 2024, da Arábia Saudita, do Egito, Etiópia, Emirados Árabes Unidos e Irão) representa no cenário económico mundial, seja em termos de PIB *per capita* ou de acesso a recursos naturais e humanos, o que se traduz, nas palavras do autor Daniel Cardoso como “o propósito do grupo é, sobretudo, geopolítico, visando ganhos no es-

paço internacional e contrabalançar a influência dos países ocidentais” (Cardoso, 2023, p. 5).

Existe ainda a crença de que o mecanismo de cooperação oferecido pelos BRICS é um importante pilar na nova estratégia internacional da China, focada no *inter-regionalismo* que, de acordo com Liu Zongyi, se pauta por (1) pesos e contrapesos regionais (e nacionais); (2) movimentação política (*bandwagon*); (3) construção de um mecanismo internacional; (4) racionalização de problemas globais; (5) controlo de narrativas sobre assuntos globais; (6) desenvolvimento de uma identidade regional e; (7) garantia de estabilidade e desenvolvimento das relações internacionais entre os Estados-Membros (Liu, 2023, p. 225). Tais princípios vão de encontro ao que tem sido a política externa chinesa e ao próprio posicionamento chinês no mundo que procura a democratização das relações internacionais, a justiça e prosperidade comuns, a diversidade e a tolerância e a uma resolução pacífica de quaisquer conflitos internacionais (Raman, 2023, p. 248).

Podemos assim confirmar, apesar de considerarmos a liderança (ou não) da China sobre os BRICS, que os últimos auxiliaram o País do Meio na projeção da sua identidade enquanto *país em desenvolvimento* a passar pelos mesmos desafios que os restantes constituintes do Sul Global, permitiram o entendimento dos BRICS enquanto uma aliança política a trabalhar no sentido de uma instauração de um parceria estratégica, diferente do então oferecido pelo Norte Global, onde a diferença histórica, cultural e política sejam realçadas, e, por último, os BRICS tem vindo a atuar enquanto canalizadores do imenso nacionalismo doméstico que se têm sentido na China, resultado de um maior esforço propagandista do PCC, e da própria perceção do povo chinês sobre o posicionamento do seu país no cenário internacional (Raman, 2023, p. 244). No final, e como menciona Raman no seu capítulo na obra *Locating BRICS in the Global Order: Perspectives from the Global South*, os BRICS, enquanto projeto político tem a capacidade de manter a China interessada na imensidão de possibilidades que têm à sua frente para explorar diferentes formas através das quais problemas e desafios não-tradicionais, como pobreza, ambiente, alterações climáticas e ações antiterroristas, podem ser resolvidos (2023, p. 245).

Esta nova era de liderança chinesa nos BRICS, pode ser entendida como uma instrumentalização desta organização de multilateralismo informal para mais facilmente estender a área de influência chinesa e garantir a sua primazia enquanto país (e sistema de desenvolvimento) a seguir, ou, como uma posição revisionista, de pouco carácter prático e que pouco alterará o sistema internacional financeiro, económico, e político como o conhecemos. De uma forma ou de outra, é inegável que a liderança chinesa tem tomado

posições mais definitivas sobre os BRICS, o seu papel na instituição e possíveis caminhos a seguir. No entanto, há que contextualizar que tal alteração de paradigma chinês decorreu não só nos BRICS, como em qualquer outra instituição onde a China esteja presente, pois provêm de um aumento da sua confiança, do seu poder económico, político e militar.

4. Conclusões

Desde a formalização dos BRICS, até ao primeiro alargamento à África do Sul — BRICS —, à proposta chinesa, em 2017, dos *BRICS+*, e ao atual alargamento a 5 novos países — Arábia Saudita, Egito, Etiópia, Emirados Árabes Unidos e Irão — que o posicionamento da liderança chinesa sobre esta organização multilateral tem vindo a alterar-se.

Foi possível verificar que, nos seus inícios, a liderança chinesa necessitou de bem estudar quais as vantagens e desvantagens de pertencer a este bloco, bem como quais as formas de melhor cooperar sem causar qualquer problema ao seu próprio plano de desenvolvimento económico e social. Assim, a ideia de *pertença ao bloco por razões lógicas*, justificadas pelo posicionamento económico chinês na altura e a necessidade de garantir que os seus países vizinhos (Rússia e Índia) não a deixariam numa posição vulnerável foram, talvez, os fatores mais importantes para justificar o distanciamento inicial sentido.

No entanto, com o início da liderança do Presidente Xi Jinping, a apresentação de iniciativas de âmbito global, e a própria hostilidade ocidental para com a China, em particular, e o bloco, no geral, resultaram numa posição chinesa de liderança dentro dos BRICS. Apesar de não ser uma instituição à *la Occident*, com legislação, regras e espaço físico, os BRICS mantêm a sua identidade, o seu *modus operandi* que tende a funcionar mesmo quando as relações bilaterais entre os diferentes Estados-Membros não se encontram no seu melhor. Talvez o ideal comum de reformar o sistema internacional mantenha este conjunto de países unidos, garanta a possibilidade de representação do Sul Global e, no caso da China, facilite o entendimento e o aprofundamento das relações com os BRICS, enquanto bloco, e os seus Estados-Membros, de forma individual.

Com diferentes propostas de diferentes autores sobre a relevância da China nos BRICS, talvez nos seja possível entender que sim, existe uma vontade de enfrentar a ordem estabelecida pelos EUA e pela Europa, mas que não, não irá decorrer de uma forma amplamente direta, rápida e violenta. Talvez seja mais correto, e científico, pensar na presença chinesa nos BRICS como uma continuação daquilo que tem sido a sua política externa, de en-

tendimento mútuo com os países do Movimento dos Não-Alinhados e, agora, com os países do Sul Global. Pensar que é apenas por simpatia política ou diplomacia cultural é uma proposta incompleta, pois a China mantém a sua posição enquanto *potência emergente* que necessita de resolver os seus problemas internos — migração, desemprego, clima e infraestruturas — e que, para tal, procura o multilateralismo e a pertença a diferentes grupos como forma de resolver esses problemas e, se possível, de auxiliar outros estados nas suas estratégias domésticas de desenvolvimento. É, no fundo, uma alternativa ao único sistema que existia até então, mas que não compromete — de todo — a existência do sistema já definido e em vigor, e a possibilidade de qualquer país utilizar ambos, em simultâneo.

É importante reiterar que a China faz política, tanto doméstica como externa, de um modo mais compreensivo, pensando no passado para analisar o presente e para preparar o futuro, pelo que se torna difícil avaliar as suas ações apenas com as lentes ocidentais sobre como o mundo deve funcionar. Os BRICS, e as suas singularidades, representam isso mesmo: uma nova forma de perceber o mundo, a relação entre estados e o desenvolvimento, no seu entendimento mais lato.

Data de receção: 31/07/2024

Data de aprovação: 05/10/2024

Referências Bibliográficas

- BBC News. (2009). Nations seek currency rule change. *BBC News*. Retrieved from <http://news.bbc.co.uk/1/hi/business/8102216.stm>.
- Bratersky, M.; Kutyrov, G. (2019). BRICS and the Evolving Russia-India-China Security Agenda. *Strategic Analysis*, 1-23.
- Cardoso, D. (2023). Capítulo 1: BRICS+6: um alargamento para ficar na mesma?. *Janus*, 1-5.
- Cardoso, D. (2023). O Paradoxo dos BRICS: uma proposta de revisionismo por cumprir. In A. De Sousa Lara (Coord.) *Tempos de Subversão*, 269-283. Lisboa: MGI.
- Glosny, M. (2010). China and the BRICS: A Real (but Limited) Partnership in a Unipolar World. *Polity*, 42(1), 100-129.
- Leandro, F.; Li, Y. (2024). Workshop “Chinese Foreign Policy Strategy of Partnerships in the Global South”. ISCTE-IUL. 16 de julho.
- Liu, Z. (2023). China and the BRICS. In R. Kumar; M. K. Mehra; G. V. Raman; M. Sundriyal (Eds.) *Locating BRICS in the Global Order: Perspectives from the Global South*, 221-236. London and New York: Routledge.
- Lukin, A.; Fan, X. (2019). What is BRICS for China?. *Strategic Analysis*, 1-12.

- O'Neill, J. (2001). Building Better Global Economic BRICs. *Goldman Sachs*. Retrieved from <https://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/building-better.html>.
- Niu, H. (2013). A Grande Estratégia Chinesa e os BRICS. *Contexto Internacional*, 35(1), 197-229.
- Raman, G. V. (2023). China, Global Governance and BRICS. In R. Kumar; M. K. Mehra; G. V. Raman; M. Sundriyal (Eds.) *Locating BRICS in the Global Order: Perspectives from the Global South*, 237-253. London and New York: Routledge.
- The State Council Information Office of the PRC (2023). *White Paper: A Global Community of Shared Future: China's Proposals and Actions*. Beijing.
- Vlads, C. M.; Chatzinikotra, D. (2020). BRICS and Global Reestructuring: Notes for the Near Future. *Management and Economic Research Journal*, 6(5), 1-7.

Sobre a autora

CARLA MELO é atualmente doutoranda em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia pela Universidade Autónoma de Lisboa e bolseira do Centro Científico e Cultural de Macau e da Fundação para a Ciência e Tecnologia (CCCM-FCT). Assume também funções enquanto Secretária-Geral da Associação de Amigos da Nova Rota da Seda. Licenciada em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) e mestre em Estudos Chineses pela Beijing Foreign Studies University (BFSU) com o apoio de uma bolsa de estudos China Three Gorges, tem-se interessado pelo Nordeste Asiático, pela sua história e política.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5239-6065>]

About the author

CARLA MELO is currently a PhD candidate in International Relations: Geopolitics and Geoeconomics at Autonomous University of Lisbon and holds a scholarship from the Macau Scientific and Cultural Center and the Foundation for Science and Technology (CCCM-FCT). In addition, she is also Secretary-General of the Association of Friends of the New Silk Road. With a Bachelor's degree in International Relations from the Faculty of Economics of the University of Coimbra (FEUC) and a Master's degree in Chinese Studies from Beijing Foreign Studies University (BFSU) with the support of a China Three Gorges scholarship, Carla has been interested in Northeast Asia, its history and politics.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5239-6065>]